

Covid-19 e a ferida no útero, por Debora Diniz e Giselle Carino

O confinamento imposto pela pandemia aumentou as barreiras de acesso das mulheres pobres ao aborto clandestino por medicamentos

[\(El País | 27/06/2020 | Por Debora Diniz e Giselle Carino\)](#)

Ela foi descrita pela notícia como mulher anônima de 31 anos. O título dizia “[o caso aconteceu em Bom Jesus do Norte](#)”, uma geografia infeliz para quem morreu por planejar a vida. Ao que se sabe, ela foi a [primeira mulher a morrer de aborto clandestino no Brasil durante a pandemia](#). A mulher sem nome “estava grávida de dois meses”, diz o marido. Foi duas vezes buscar socorro em espaços de morte, as casas inseguras para aborto. Usou sonda, permanganato de potássio, seringas. Morreu de parada cardíaca. Por que insistia? Não sabemos e não importa a intimidade de suas razões. Bastar saber que era uma mulher decidida a não ser forçada à maternidade durante a pandemia.

[Acesse o artigo completo no site de origem.](#)

Mulheres e indígenas estão entre os mais socialmente afetados pela Covid-19 na América Latina

[\(Reuters, 12/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

SANTIAGO (Reuters) - A desigualdade enfrentada por mulheres, indígenas e descendentes de africanos, além de trabalhadores informais e migrantes, fará

deles os grupos mais afetados pelo impacto socioeconômico do coronavírus na América Latina, afirmou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) nesta terça-feira.

Em um relatório para analisar os traços da pandemia na região, a agência das Organizações das Nações Unidas (ONU) disse que a desigualdade em questões como acesso à água, saneamento, sistema de saúde e moradia também pode traduzir-se em maiores taxas de infecção e morte entre a população mais vulnerável.

“Os diferentes impactos socioeconômicos refletem a matriz da desigualdade social na região”, afirma o relatório. Essas desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais e migratórias, entre outras, “acumulam, aprimoram e interagem entre si, causando múltiplas discriminações”.

De acordo com o relatório, “as mulheres encontram-se em uma situação particularmente vulnerável” devido a condições de trabalho são mais precárias, com maiores taxas de informalidade. Portanto “elas estão mais expostas ao risco de desemprego”.

Entre elas, as trabalhadoras domésticas (11,4% das mulheres empregadas) estão em uma situação mais complexa, com acesso limitado à seguridade social. Muitas dessas mulheres são migrantes, indígenas ou afrodescendentes, segundo a agência.

Mas, em geral, para as mulheres, o panorama torna-se mais complexo com as medidas de confinamento adotadas para conter infecções, o fechamento de escolas e a perspectiva de que elas querem cuidar de possíveis pessoas infectadas em casa.

“A carga do trabalho doméstico não remunerado assumido por mulheres, adolescentes e meninas, bem como os casos de violência contra elas, aumentam significativamente”, alertou a Cepal.

Segundo uma contagem da Reuters baseada em dados oficiais, a América Latina tem mais de 369 mil infecções e já ultrapassou 20 mil mortes pelo coronavírus.

No Dia Mundial de População, UNFPA aponta queda de fecundidade no Brasil entre mulheres mais vulneráveis

O Brasil passou por uma acelerada queda de fecundidade nas últimas décadas, chegando a uma média atual de 1,7 filhos por mulher, mas a taxa declinou de forma considerável entre as mulheres mais vulneráveis, grupo que compreende as mulheres mais pobres e as mulheres negras. É o que demonstra um levantamento apresentado nesta quinta-feira, 11, por ocasião do Dia Mundial de População. Com o título “Fecundidade e Dinâmica da População Brasileira”, a publicação foi elaborada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e busca traçar um retrato populacional e de desenvolvimento do país.

[\(UNFPA, 12/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Conforme mostra o documento, entre as mulheres que integram os 20% mais pobres da população, a taxa de fecundidade caiu de 3,92 por mulher, em 2001, para 2,90 em 2015, o que corresponde a quase um filho a menos. Em comparação, entre as 20% mais ricas, a queda foi de 1,41 para 0,77. O cenário é parecido quando levadas em consideração a raça/cor: entre as mulheres pretas, a taxa de fecundidade caiu de 2,75 (2001) para 1,88 (2015). As mulheres pardas, que em 2001 tinham em média 2,65 filhos, apresentaram média de 1,96 em 2015. No mesmo período analisado, a mulher branca, que tinha 2,10 filhos, em média, passou a ter 1,69.

Os dados demonstram que um maior acesso a serviços e informações sobre

métodos contraceptivos, em larga escala, foi fundamental para que todas as mulheres, inclusive negras e pobres, conseguissem planejar melhor suas famílias, fator importante no empoderamento e engajamento dessas mulheres na vida produtiva. O representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil, Jaime Nadal, explica que tudo isso reflete as mudanças socioeconômicas que o país atravessou, além de importantes avanços na garantia do acesso à saúde sexual, reprodutiva e direitos.

“Alguns dos fatores responsáveis por isso são a melhoria no acesso a serviços em saúde sexual e reprodutiva, além do acesso à informação e ao sistema de saúde de uma maneira geral. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um grande responsável pela melhoria no acesso à contraceptivos e a informações. Além disso, é importante destacar que a melhoria nos índices socioeconômicos também vem resultando em melhoria para esses indicadores”, afirma.

O Brasil tem, hoje, uma taxa de prevalência de uso de contraceptivos equivalente a 77%. Há 25 anos, em 1969, apenas 35% das mulheres casadas ou em algum tipo de união utilizavam algum método para postergar ou evitar a gravidez, o que comprova, na prática, as mudanças vistas nas configurações familiares de todo o país.

O representante do UNFPA ressalta que é necessário continuar investindo em serviços de qualidade e informação para que mais mulheres possam ter exatamente o número de filhos que desejam e para que não haja demandas não satisfeitas em contracepção, nem desigualdades associadas às taxas de fecundidade. A publicação foi feita com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e o Censo Demográfico de 2010.

25 anos da CIPD: acelerando a promessa

O estudo reforça o tema deste ano para o Dia Mundial da População, “25 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: acelerando a promessa”. Com base nos avanços conquistados, o Fundo de População promoveu a ação “Mais que minha mãe, menos que minha filha”, e foi às ruas para convidar as pessoas a refletirem sobre as mudanças e os

desafios encontrados na agenda de população e desenvolvimento e no acesso a seus direitos.

“A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento representou uma mudança de paradigma na forma como o mundo passou a encarar os direitos reprodutivos, concordando em colocar as pessoas em primeiro plano e empoderando mulheres, para que todas as pessoas pudessem decidir quando e se terá filhos, e quantos. Isso é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável”, afirmou o representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil, Jaime Nadal. acesso a contra

Por que os casos de zika e dengue estão despencando no Brasil

Transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* e identificado no Brasil desde 2014, o vírus da zika se tornou uma preocupação central de saúde pública no final de 2015. Pesquisadores brasileiros identificaram uma relação entre o vírus da zika e a microcefalia em bebês.

[\(Nexo Jornal, 14/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

As evidências de que o vírus não é responsável apenas por febres, dores no corpo e olhos avermelhados, mas pelo crescimento abaixo do normal do cérebro de bebês de mulheres infectadas na gestação deixaram profissionais de saúde, governos e organizações como a OMS (Organização Mundial de Saúde) em alerta.

Casos de febre por zika passaram a ser monitorados de perto pelo Ministério da Saúde e o vírus causou apreensão entre quem desejava ter filhos. O

noticiário internacional o tratava como um fator que poderia transformar a Olimpíada do Rio em um desastre, ao lado de outros problemas nacionais como a Baía da Guanabara poluída, atraso nas obras e violência. Alguns pesquisadores da área de saúde chegaram a pedir que o evento fosse adiado ou realocado.



MOSQUITO Aedes Aegypti, TRANSMISSOR DA DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA VÍRUS/FOTO: REPRODUÇÃO/SANOFI PASTEUR

O primeiro semestre de 2017 parece trazer a reversão desse quadro. Segundo dados do Ministério da Saúde referentes ao primeiro dia do ano até 15 de abril de 2017, o número de casos de febre por zika caiu 95,4% comparado com o mesmo período de 2016. Casos de dengue e febre por chikungunya, outras duas doenças graves transmitidas pelo Aedes aegypti, também caíram: 90,4% e 68% respectivamente.

***DOENÇAS TRANSMITIDAS PELO Aedes Aegypti
DESPENCAM/FOTO: ARTE NEXO***

NEXO

O Nexo conversou com Denise Valle, que pesquisa doenças transmitidas pelo Aedes no Instituto Oswaldo Cruz, para entender o que levou à melhora geral do quadro.

Ela afirma que o recuo das epidemias não é crédito apenas de ações do governo para barrar o mosquito, mas resultado de um ciclo natural de aumento e queda dessas doenças. Isso ocorre porque, conforme parte da população é infectada, ela desenvolve defesas. “Se você olhar para o país inteiro, você vê que as crises de dengue, por exemplo, são cíclicas. Você tem uma epidemia e passa um a dois anos sem ter outra.”

Há, no entanto, nuances nesse quadro. Apesar da queda em números totais no Brasil, casos de chikungunya continuam crescendo de forma localizada no Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Veja o que explica a melhora geral do quadro e por que a chikungunya preocupa.

Combate ao Aedes: diminuição das chuvas e ‘susto’ da zika

Para Valle, o combate ao Aedes aegypti foi beneficiado por dois fatores: de um lado, houve a diminuição das chuvas no Brasil em comparação com o ano anterior. Com menos água, houve menos pontos de acúmulo, onde o mosquito se reproduz. A única região em que choveu mais do que em 2016 foi a Norte.

CHUVAS DIMINUEM NA MAIOR PARTE DO PAÍS

Além disso, a pesquisadora avalia que, por ser uma novidade e afetar a gestação de mulheres, a crise do zika serviu como um “susto” para a população e o poder público.

“Vemos epidemias de dengue há cerca de 30 anos e ficamos refratários a ouvir falar sobre a doença. Com o zika, realmente saímos da zona de conforto, ficou clara a importância do controle doméstico do mosquito, e acredito que houve uma reação mais forte do poder público e da esfera privada”

Denise Valle

Instituto Oswaldo Cruz, em entrevista ao Nexo

Em paralelo, é provável que a população como um todo também tenha se tornado mais resistente aos vírus.

Resistência aos vírus: a ‘imunidade de rebanho’

Em julho de 2016, um estudo publicado na revista “Science” previu que a epidemia de zika na América Latina acabaria até o final de 2017. Isso não ocorreria devido a medidas de combate ao *Aedes aegypti* ou à descoberta de uma vacina, mas a um fenômeno cíclico bastante conhecido pela medicina: a “imunidade de rebanho”.

Ele diz respeito à maneira como, quando indivíduos são infectados por um vírus e sobrevivem, seu corpo mantém defesas naturais contra ele. Conforme um grande número de pessoas de uma população é infectado e sobrevive, sobra uma proporção menor da população vulnerável a ele.

Dessa forma, o processo de propagação da doença como um todo é prejudicado: apesar de continuar a haver pessoas vulneráveis, há uma chance maior de que um mosquito infectado pique alguém imune, o que diminui a velocidade de propagação de um vírus. Quem se torna imune serve de proteção para o resto das pessoas.

Segundo Denise Valle, esse ciclo contribui tanto para a diminuição de casos de febre por zika e chikungunya quanto para a dengue. É possível que a zika esteja declinando no Brasil devido a esse fator, como previram os pesquisadores em 2016. No caso desta doença e da chikungunya, adoecer uma vez significa imunidade para o resto da vida.

O caso da dengue é particular porque há quatro espécies do vírus que causa a doença. Quem adoecer de uma dessas espécies se torna imune a ela para toda a vida, mas apenas por um período limitado às outras três. Durante a vida toda, uma pessoa pode, portanto, adoecer quatro vezes por dengue.

A imunidade temporária ocorre porque uma quantidade alta de anticorpos permanece circulando por um período de cerca de um ano no corpo de quem contraiu o vírus e teve a doença. Por um prazo limitado, esse fator também contribui para a “imunidade de rebanho”, já que significa menos gente suscetível ao vírus.

O fim de um ciclo de epidemia não significa, no entanto, que o perigo de novas crises de dengue, zika ou chikungunya seja afastado para sempre de uma população. A pesquisa publicada na “Science” em julho de 2016 avalia que um novo surto de zika deve voltar a ocorrer após dez anos.

Isso porque a maioria das pessoas que nascerem dentro desse período não terá tido nenhum contato com o vírus. Ao mesmo tempo, parte das pessoas que tiveram contato e se tornaram imunes morrerá. O resultado: haverá na população uma proporção maior de gente vulnerável ao zika. A imunidade de rebanho se dilui, abrindo espaço para novas epidemias.

Diminuição não ocorreu de maneira uniforme

É importante ressaltar que, apesar de os casos de suspeita de dengue e zika terem caído em todas as regiões no país, o mesmo não ocorreu no caso da chikungunya. Em números totais as suspeitas da doença caíram, mas Norte, Sudeste e Centro-Oeste tiveram alta de casos.

A imunidade de rebanho é um fator que ajuda a explicar essa diferença: a chikungunya chegou antes no Nordeste, por isso uma parcela maior da população de lá já desenvolveu imunidade a ela. A doença é mais recente, no entanto, em outras regiões, o que torna suas populações mais vulneráveis, afirma Valle.

Isso é preocupante porque a chikungunya é particularmente grave. Ela pode resultar em fraqueza muscular por longos períodos. “Já tem relatos de pessoas que tiveram chikungunya e perderam a independência por um e até dois anos, sem conseguir se mexer ou pegar em um volante. Imagina ficar sem poder fazer nada sozinho, isso pode levar à depressão”, diz a pesquisadora.

Ela destaca que a alternativa a deixar que pessoas adoçam para que a “imunidade de rebanho” seja atingida e a epidemia diminua é a mesma de sempre: combater o mosquito.

CHIKUNGUNYA TEM ALTA NO NORTE, SUDESTE E CENTRO-OESTE
FOTO: ARTE NEXO

NEXO

ZIKA E DENGUE TÊM QUEDAS GENERALIZADAS FOTO: ARTE NEXO

NEXO

NEXO

Início do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife divide opiniões

A primeira viagem do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife, realizada na tarde desta segunda-feira (16), foi bem avaliada pelas passageiras, mas também há uma preocupação entre elas de que a medida facilite a ação de assaltantes. Adotado devido a pedidos recebidos pela ouvidoria da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), o 'vagão rosa' está [em fase de testes](#) e fica disponível nos horários de pico: das 6h às 8h30 e das 16h30 às 19h30.

[\(G1-PE, 16/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

“Essa foi uma opção ótima, porque vou me sentir mais segura. Nos outros

vagões, o empurra-empurra é grande. Essa opção tem que durar aqui no metrô”, comenta a operadora de caixa Eunice Temóteo, que utiliza o meio de transporte junto com a filha, Alice, sempre que precisa ir ao Centro do Recife.



A operadora de caixa Eunice Temóteo e a filha Alice aprovam a implementação do vagão feminino no metrô do Recife (Foto: Marina Meireles/G1)

A técnica em enfermagem Conceição Maciel também aprovou a implantação da medida. “Estou me sentindo muito segura. Tenho parentes no Rio e elas falam que o vagão feminino é uma coisa muito boa lá”, ressalta.

De acordo com o superintendente do metrô do Recife, Leonardo Villar Beltrão, o ‘vagão rosa’ também foi uma ideia sugerida pelo [Ministro das Cidades Bruno Araújo, que visitou a sede da CBTU em outubro do ano passado](#). “Essa sugestão veio através do Ministério das Cidades, já que outras cidades já adotaram e a medida deu certo. Decidimos adotar no Recife para avaliar a repercussão dos passageiros é positiva também”, explica.



Operação do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife teve início nesta segunda (16) (Foto: Marina Meireles/G1)

Durante as paradas nas estações, o vagão, com capacidade para até 200 mulheres, contou com cinco seguranças para impedir a entrada de homens, sendo quatro em cada uma das entradas e um na divisória do vagão misto. “No futuro, nossa ideia é poder culturalizar o vagão feminino para que não haja a necessidade de barrar a entrada de homens”, destaca o superintendente.

Segundo ele, os testes devem durar 15 dias, mas, diante da receptividade das passageiras, há chance de o sistema ser mantido. “A experiência foi muito bem-sucedida na viagem e a gente espera implementar no restante da frota”, explica.

Opiniões divididas

Mesmo que em menor número, passageiras como a cake designer Genilda Fragoso acreditam que o ‘vagão rosa’ pode tornar as mulheres vulneráveis. “Hoje tem seguranças no vagão, mas ninguém garante a presença deles em outros dias. Como é um vagão só de mulheres, isso pode chamar a atenção de assaltantes”, observa.

Para Maria Dolores Fastoso, integrante da coordenação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, a medida apenas segrega as mulheres e não tem eficácia. “Isso já foi feito no Rio de Janeiro e não demonstrou resultados. A gente não precisa de exclusividade no metrô, a gente quer transitar com segurança em todos os espaços públicos e esse vagão não vai mudar absolutamente nada”, frisa.



Seguranças impedem a entrada de homens no ‘vagão rosa’ do metrô do Recife (Foto: Marina Meireles/G1)

A opinião é compartilhada pela secretária da Mulher do Recife, Cida Pedrosa.

Para ela, a medida pode até satisfazer num primeiro momento, mas não resolve o problema a longo prazo. “O ‘vagão rosa’ reforça a lógica de prender a vítima ao invés de prender o agressor, o que é errado e não resolve o problema. O direito da mulher é estar onde ela quiser estar”, comenta.

Segundo a secretária, a implantação de câmeras nos vagões é uma das medidas que seriam mais eficazes do que o vagão feminino. “Também é importante dar credibilidade à mulher quando ela for denunciar. Muitas vezes, elas são ridicularizadas”, lamenta.

O **G1** também procurou a Secretaria da Mulher de Pernambuco para repercutir o vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife, mas não obteve resposta à solicitação.

Mulheres são mais vulneráveis às mudanças climáticas

(El País, 15/12/2014) Os eventos climáticos extremos, o aumento da temperatura e a elevação do nível do mar afetam com mais força as mulheres, especialmente se vivem em um entorno rural e são pobres, segundo líderes de alto escalão participantes da Cúpula do Clima realizada em Lima. Ministras e funcionárias tentam fazer com que esse impacto específico fique registrado em um dos documentos que os 196 países participantes negociam. O texto servirá de subsídio a um acordo que será assinado em 2015 na conferência as Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, marcada para Paris.

Um dos esboços chamado coloquialmente de Os Elementos, uma espécie de índice dos assuntos que serão tratados em Paris, observa que as ações precisam ter um enfoque de gênero. “Ainda temos o desafio de lutar contra o cinismo, apesar da evidência de que as mudanças climáticas impactam desproporcionalmente nas mulheres”, explica Lakshmi Puri,

diretora-adjunta da ONU Mulheres e especialista em políticas públicas e desenvolvimento econômico.

Puri enfatiza como o desenvolvimento das mulheres é freado por culpa dos efeitos do clima, que desvia e dispersa os recursos necessários nas zonas rurais. “Por causa da escassez de água, em muitos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina as mulheres têm de caminhar distâncias cada vez maiores para encontrar água, seja pela desertificação ou pelo fato de os níveis dos lençóis freáticos estarem diminuindo”, diz. O mesmo ocorre com as atividades de pesca ou com a busca de lenha, o que se traduz em perda de oportunidades para as mulheres que dedicam todo o seu tempo a questões de mera sobrevivência.

Na Ásia e África, 80% dos trabalhadores na agricultura são mulheres. “Nos eventos climáticos extremos, como secas, tsunamis ou inundações, a mortalidade de mulheres é maior. Em um tsunami no Sri Lanka, para cada homem que morreu, faleceram cinco mulheres. As trabalhadoras em pequena escala não costumam ter direitos à propriedade da terra e suas perdas em eventos extremos não são quantificadas, impedindo que possam pedir alguma ajuda como desabrigadas”, acrescenta.

Essa perspectiva de gênero sobre as mudanças climáticas une um grupo de líderes em torno da Troika de Mulheres Líderes em Gênero e Mudanças Climáticas. Mary Robinson, ex-presidenta da Irlanda e diretora da Fundação Justiça Climática, é uma delas. “Necessitamos de equidade de gênero na ação contra a mudança do clima. Sejamos assertivos em vez de estar na defensiva (...). As mulheres têm de responder quando não há alimento, quando são vítimas da seca ou das inundações, quando têm de cuidar da saúde das vítimas. São um pivô no enfrentamento das mudanças climáticas”, disse em uma das reuniões da cúpula.

Michele Bachelet, presidenta do Chile, Cristiana Figueres, secretária-executiva da Convenção Marco das Mudanças Climáticas; Maite Nkoana-Mashabane, ministra de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul; Patricia Espinosa, ex-presidenta da COP16 e ex-ministra de Relações Exteriores do México; a comissária da União Europeia Connie Hedegaard e a rede de ministras do Ambiente também formam parte do grupo.

O principal documento científico sobre as mudanças climáticas, elaborado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), cita pesquisas e evidências sobre os danos específicos causados pelo aquecimento da terra na população feminina. O capítulo 17, sobre pobreza e subsistência, assinala que as mulheres precisam adicionar outros serviços fora da terra para conseguir receitas extras, como resultado das perdas agrícolas provocadas pelas mudanças climáticas.

Em meio a um panorama pouco alentador, surgem algumas iniciativas esperançosas. As Nações Unidas premiaram durante a cúpula três experiências de trabalho e mudanças climáticas com mulheres pobres na Índia, Indonésia e Tailândia. Na Índia, um sistema de retenção subterrânea de água que opera durante as monções conseguiu fazer com que 18.000 mulheres de áreas marginais e sem alfabetização continuem trabalhando na terra durante os tempos de seca. Uma delas relata assim sua experiência: “Antes nem nos abriam a porta nas comunidades vizinhas porque pensavam que éramos mendigas. Agora somos autossuficientes”.

Jacqueline Fowks

Acesse no site de origem: [Mulheres são mais vulneráveis às mudanças climáticas \(El País, 15/12/2014\)](#)